



**Câmara Municipal de Ubá**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

ENCAMINHAMENTO  
Of. CMUS 89/14 e 591/14  
Em 03.11.2014

**VEREADOR PROFESSOR SAMUEL GAZOLLA LIMA**

Exma. Sra.

Vereadora Rosângela Maria Alfenas de Andrade

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

Nesta.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

*unanimidade*

Em: 27/11/10 12/14

Indicação n.º 226/2014

Vereadora - Rosângela A. Alfenas

Presidente da Câmara

*Carlos da Silva Rêgo*  
VEREADOR  
1º SECRETÁRIO

**Senhora Presidente:**

O Vereador que abaixo assina requer, na forma regimental e após aprovação plenária, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor prefeito municipal, e à Secretaria Municipal de Educação, para apresentar proposta aos educadores do município para a revisão do prêmio por assiduidade, instituído pela Lei Complementar número 160 de 11 de dezembro de 2013, que "Institui Gratificação por Assiduidade à Docência, válida no período de janeiro de 2014 a dezembro 2014.

**JUSTIFICATIVA**

A instituição da gratificação por assiduidade foi um avanço na valorização dos educadores, principalmente aqueles que estão dentro de sala de aula. Neste momento, é importante reavaliar este instrumento. Como alternativa, gostaria de sugerir fazer uma pesquisa entre os educadores da rede municipal de ensino sobre este período em que a gratificação está em vigor e, além disso, sugerir também que possa haver uma flexibilização do incentivo, considerando um número de dias para que o educador não perca o benefício e verificar a possibilidade de estendê-lo a todos os profissionais da rede municipal de ensino.

Espero contar com o apoio dos nobres Pares e o pronto atendimento por parte do ilustre prefeito.

Atenciosamente,

Plenário "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 27 de outubro de 2014.

*Samuel Gazolla Lima*  
**VEREADOR PROFESSOR SAMUEL GAZOLLA LIMA**

Favor enviar cópia para FEMAC, todas as Associações de Moradores de Ubá, Conselho de Educação, Secretaria de Educação, Superintendência de Ensino, Sind UTE, todas escolas (públicas e particulares), todos os demais Conselhos de Políticas Públicas e toda imprensa.